

Manifesto de São Bernardo do Campo pela Inteligência Artificial com Direitos Sociais

Em São Bernardo do Campo, lugar de memórias que marcaram a luta pela democracia e pela dignidade do povo brasileiro, renasce hoje um chamado à organização e à esperança. Se nas décadas de 1970 e 1980 este chão ecoou as vozes que enfrentaram a ditadura e ajudaram a reconquistar a liberdade, agora ele acolhe a tarefa de uma nova geração que encara um desafio tão decisivo quanto aqueles que marcaram o passado. A revolução digital, a inteligência artificial e a robótica transformam de maneira veloz o trabalho, a economia e o próprio papel do Estado, ameaçando a soberania nacional e a capacidade de defender os direitos sociais.

Vivemos um tempo em que os algoritmos moldam comportamentos, definem trajetórias e interferem na vida de milhões de pessoas sem transparência nem controle social. O poder concentrado das grandes corporações tecnológicas redefine fronteiras e tenta submeter o Brasil à condição de colônia digital. A estagnação da economia global, com a forte concentração de renda em poucas mãos, apresenta um cenário de aprofundamento da desigualdade social, impõe o desemprego e a miséria para a maioria, e responsabiliza os avanços tecnológicos. O modelo da economia capitalista em agonia, impõe o fim dos direitos sociais e direitos trabalhistas, uma conquista da classe trabalhadora ao longo dos séculos, colocando milhões de trabalhadores e trabalhadoras diante da ameaça da substituição de seus empregos, do esvaziamento de suas profissões e da precarização de suas condições de vida. Não é apenas o futuro que está em disputa, mas a essência do presente e a possibilidade de construir um país livre, justo e soberano.

Se antes a luta se travava contra a repressão política e a exploração direta nas fábricas, agora ela se dá no terreno invisível das plataformas, das redes digitais e dos sistemas de inteligência artificial. Os avanços tecnológicos são bem-vindos, mas não podem ser aceitos com resignação, sem críticas, precisamos transformá-los em instrumento de emancipação, justiça social e soberania nacional. São Bernardo volta a ser símbolo: assim como daqui nasceu um movimento capaz de derrubar a ditadura e reacender a chama democrática, daqui também nasce a Frente por Inteligência Artificial com Direitos Sociais, que se ergue como trincheira de luta para enfrentar o novo ciclo histórico.

O Brasil e o mundo vivem uma transformação sem precedentes. A inteligência artificial e a automação avançam sobre todos os setores da vida social e econômica, alterando a forma como produzimos, trabalhamos e nos relacionamos. Milhões de postos de trabalho estão sob ameaça, categorias inteiras podem desaparecer em poucos anos e o Estado brasileiro vê sua capacidade de organizar políticas públicas e garantir serviços sociais corroída pelo poder crescente das plataformas digitais. A concentração de riqueza e de dados nas mãos de um pequeno número de corporações globais agrava desigualdades e submete países inteiros a uma lógica de dependência e submissão.

A expansão da inteligência artificial e da infraestrutura digital traz consigo um desafio ainda pouco enfrentado no Brasil: o imenso consumo de energia e os impactos ambientais decorrentes da instalação de grandes datacenters. Essas estruturas, indispensáveis para processar volumes gigantescos de dados e treinar modelos de IA, demandam quantidades desproporcionais de eletricidade e água para resfriamento. Em um país que enfrenta contradições históricas em sua matriz energética — da dependência de hidrelétricas às pressões do lobby dos combustíveis fósseis —, o crescimento acelerado desse setor pode

aprofundar desigualdades regionais, gerar conflitos pelo uso da energia e comprometer metas de sustentabilidade.

A ausência de debate público sobre a localização, o licenciamento, e as condições de operação desses datacenters faz com que interesses privados se sobreponham ao bem coletivo. Se não houver regulação democrática, o Brasil corre o risco de transformar suas reservas energéticas em combustível para a concentração de poder informacional nas mãos de poucas corporações. Assim, a luta por uma inteligência artificial com direitos sociais passa também por enfrentar o dilema energético e ambiental dos datacenters, garantindo que a tecnologia não comprometa a soberania ecológica nem os direitos das gerações futuras.

Neste cenário, a soberania informacional e tecnológica se converte em eixo central da luta política. Não há soberania nacional sem o domínio coletivo e democrático sobre os dados, sem o controle social sobre algoritmos e sistemas que hoje operam como engrenagens ocultas de poder. O que está em jogo não é apenas o futuro do trabalho, mas o futuro da democracia, da liberdade e da dignidade humana. A inteligência artificial, se guiada apenas por interesses corporativos, se torna um novo instrumento de dominação, capaz de precarizar vínculos, ampliar vigilância e aprofundar exclusões históricas.

Precisamos sensibilizar o governo federal a entender que a defesa da soberania nacional, passa pela defesa da soberania digital, e de defesa dos dados dos cidadãos brasileiros, com a construção de data centers sustentáveis, onde estejam armazenados dados de órgãos públicos, de governo federal, estadual e municipal, de universidades e escolas, de empresas estatais e de entidades da sociedade civil, e de organização dos trabalhadores, como sindicatos. Ao mesmo tempo, desenvolver uma política de financiamento nas universidades de políticas de inovação soberana.

O movimento sindical precisa se acerrar dos projetos de lei sobre regulamentação de big techs e Inteligência Artificial que estão no Congresso Nacional, participando ou promovendo audiências públicas e conchamar os parlamentares a votarem nas leis que beneficiem os trabalhadores e trabalhadoras e os(as) usuários dos serviços públicos.

O presente nos mostra de forma cristalina que não existe neutralidade tecnológica. Os algoritmos são escritos com interesses e valores, e quando não submetidos ao controle público e à organização social, reproduzem privilégios e injustiças. A ausência de regulação democrática, a captura de governos por lobbies poderosos e a fragilidade das instituições diante da força financeira e simbólica das big techs fazem com que a sociedade caminhe para uma encruzilhada. De um lado, o caminho da submissão, da exploração digital e da perda de soberania; de outro, a possibilidade de construir um novo pacto social capaz de colocar a tecnologia a serviço da maioria.

É nesse ponto que a luta por inteligência artificial com direitos sociais, se afirma como urgência histórica. Não se trata apenas de resistir, mas de avançar, de propor, de ocupar o espaço político e cultural com uma visão clara de futuro. O Brasil tem a chance de não repetir os erros do passado, quando revoluções tecnológicas foram apropriadas por elites e potências externas. Temos diante de nós a oportunidade de afirmar que a inteligência artificial não será arma contra o povo, mas ferramenta de emancipação coletiva e instrumento de soberania nacional.

A I Conferência Nacional por Inteligência Artificial com Direitos Sociais nasce para transformar indignação em organização e diagnóstico em ação. Não basta denunciar, é preciso construir caminhos concretos que apontem para a defesa da classe trabalhadora, da juventude e da soberania do Brasil diante do avanço tecnológico. Este manifesto assume compromissos imediatos que orientam nossa caminhada coletiva e dão materialidade ao nosso chamado à luta.

O primeiro compromisso é expandir esta mobilização em cada estado e em cada território. Realizaremos conferências estaduais e regionais para ampliar o debate, formar novas lideranças e consolidar plataformas políticas que expressem os interesses do povo diante das disputas sobre a inteligência artificial. Este processo não será apenas de reflexão, mas de construção de forças sociais capazes de incidir no Congresso Nacional, nos governos e nos espaços internacionais.

O segundo compromisso é fortalecer a integração com as entidades que historicamente têm defendido os trabalhadores e os direitos sociais. O diálogo permanente com sindicatos, universidades, centros de pesquisa e organizações da sociedade civil se traduzirá em iniciativas conjuntas da Frente por Inteligência Artificial com Direitos Sociais – Brasil e as sessões estaduais. do INIADS Brasil – Instituto Nacional por Inteligência Artificial com Direitos Sociais, com o DIEESE, o DIAP e o Observatório da Inteligência Artificial da Contraf, criando uma rede de conhecimento e ação para enfrentar negociações sindicais, disputas legislativas e batalhas culturais em torno da tecnologia.

O terceiro compromisso é lutar pela Redução da jornada de trabalho sem redução de salários, pela construção de experiências de renda básica universal e pela requalificação permanente dos trabalhadores e trabalhadoras. A revolução digital deve ser acompanhada de uma revolução social que garanta mais tempo livre, mais direitos e mais proteção às famílias brasileiras. A tecnologia que aumenta a produtividade precisa ser revertida em benefícios coletivos, e não em lucros concentrados.

O quarto compromisso é a construção de uma frente parlamentar e legislativa capaz de barrar retrocessos e aprovar marcos regulatórios que protejam os trabalhadores e coloquem limites claros ao poder das grandes corporações digitais. Organizaremos processos de sensibilização, mobilização e pressão sobre parlamentares, formando uma bancada social que leve a luta por inteligência artificial com direitos ao centro da vida política nacional.

Cada um desses compromissos nasce do chão da luta e aponta para o horizonte da transformação. Não partimos do zero, mas da longa tradição brasileira de resistência e de conquista, que agora se renova diante do desafio inédito da era digital.

Os próximos anos serão decisivos para definir se a inteligência artificial será instrumento de aprofundamento das desigualdades ou caminho para uma nova etapa de justiça social e soberania popular. O Brasil entra em uma encruzilhada histórica, onde cada decisão política, legislativa e social pode determinar o destino de uma geração inteira. É neste contexto que a Frente por Inteligência Artificial com Direitos Sociais projeta seus horizontes e estabelece seus marcos de luta.

O ano de 2026 será um campo de disputa fundamental. Estaremos diante de eleições que definirão o futuro do país e o tamanho da representação política comprometida com um projeto democrático, popular e soberano. É necessário eleger uma bancada de deputados,

senadores, governadores e um governo federal que se comprometam com a regulação justa da inteligência artificial, com a redução da jornada, com a renda básica, com a requalificação e com a defesa da soberania nacional diante das big techs. A batalha eleitoral será também uma batalha pela soberania informacional do Brasil.

O horizonte de 2027 se abre como marco de consolidação dessa caminhada. A realização da II Conferência Nacional em Brasília será o momento de reunir os frutos da organização construída em cada estado e em cada setor, de consolidar propostas legislativas, de apresentar conquistas sindicais e sociais, e de lançar uma agenda para a próxima década. Brasília será o palco de uma conferência que não apenas debaterá, mas mostrará ao país e ao mundo que o Brasil pode ser referência na construção de uma inteligência artificial orientada por direitos sociais.

Este projeto não se limita às fronteiras nacionais. O Brasil, ao lado de outros povos do Sul Global, tem a oportunidade de afirmar ao mundo que é possível um caminho diferente daquele que submete as nações à dependência tecnológica. Seremos capazes de oferecer uma alternativa que combine inovação com justiça social, tecnologia com democracia, soberania nacional com solidariedade internacional. Assim como no passado fomos farol de esperança em lutas pela liberdade, podemos agora ser referência mundial na construção de uma era digital a serviço da humanidade.

Este manifesto é mais do que um documento, é um compromisso. Ele nasce da memória de um povo que soube enfrentar a ditadura, construir a democracia e resistir às tentativas de submissão. Agora, diante do poder invisível dos algoritmos e da força avassaladora das grandes corporações digitais, assumimos a responsabilidade de escrever uma nova página da história brasileira.

Chamamos cada trabalhador e trabalhadora, cada estudante, cada pesquisador, cada liderança sindical, cada movimento popular a se unir a esta Frente. Nenhuma luta será vitoriosa se não for coletiva, nenhuma conquista será duradoura se não for organizada. A inteligência artificial não pode ser um instrumento de opressão, mas precisa ser um motor de emancipação social. Este é o sentido mais profundo da luta que hoje se inicia em São Bernardo do Campo e que seguirá até que a dignidade seja garantida em cada espaço de trabalho e em cada território deste país.

Nossa tarefa é imensa, mas não há razão para temor. A história mostrou que quando o povo brasileiro se organiza, nenhum poder é capaz de deter sua marcha. Este é o momento de transformar a angústia em coragem, a ameaça em esperança, a tecnologia em ferramenta de soberania. O futuro não está escrito, ele depende da nossa luta, da nossa organização e capacidade de agir e sonhar.

Este é o pacto que firmamos aqui: não aceitaremos ser colônia digital, não aceitaremos a precarização de nossas vidas, não aceitaremos o roubo de nossos dados e de nossa soberania. Lutaremos para que a inteligência artificial seja instrumento de direitos, de liberdade e de justiça social.

Daqui, de São Bernardo do Campo, lançamos ao Brasil e ao mundo este compromisso coletivo. Que ressoe em cada fábrica, em cada escola, em cada sindicato, em cada universidade e em cada comunidade. Que seja lembrado como o ponto de partida de uma era em que a tecnologia foi posta a serviço da humanidade.

O futuro é agora, e a nossa luta é pela vida, pela justiça e pela soberania.

São Bernardo do Campo (SP), em 3 de outubro de 2025

Frente por Inteligência Artificial com Direitos Sociais - Brasil

Frente por Inteligência Artificial com Direitos Sociais - Ceará

Aberto à subscrição por entidades sindicais, sociais, universidades, instituições de pesquisas e da sociedade civil.